

ROGÉRIA SOUZA CICCARINI

PROTEÇÃO JURÍDICO-SOCIAL: um exercício de direitos e deveres na efetivação dos direitos da Criança e do Adolescente.

BACHARELADO EM DIREITO

FIC - MINAS GERAIS

2011

ROGÉRIA SOUZA CICCARINI

PROTEÇÃO JURÍDICO-SOCIAL: um exercício de direitos e deveres na efetivação dos direitos da Criança e do Adolescente.

Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Direito das Faculdades Integradas de Caratinga, como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob a orientação do professor Cláudio Boy Guimarães.

FIC - MINAS GERAIS

2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu alicerce, por me conceder a força necessária para vencer os obstáculos do dia-a-dia e concluir mais esta jornada.

Ao meu professor orientador, Cláudio Boy Guimarães, pelo incentivo, compreensão e paciência, e por acreditar que eu poderia prosseguir com o tema escolhido, tornando-o um desafio.

Ao professor Vagner Bravos Valadares, pela disponibilidade e orientação.

Aos professores da FIC pelos ensinamentos que contribuíram imensamente na elaboração deste trabalho.

Aos meus amados pais, Rogério e Maria Lúcia, meus maiores incentivadores, pelo grande amor, desprendimento e carinho dedicados a mim e aos meus filhos, não deixando que eu desanimasse jamais.

À minha querida irmã Flávia, minha companheira e amiga, e ao meu querido cunhado Gustavo, pelo incentivo e carinho em todos os momentos.

Aos meus filhos, meus amores: Vitor, Igor e Livia, pela compreensão e apoio. Vocês são os grandes responsáveis por esta realização. Sem vocês eu não teria tido a força necessária para realizar este sonho.

Aos queridos amigos da Faculdade, pelo respeito, companheirismo, e por compartilharem cada momento desta caminhada.

RESUMO

A presente pesquisa acerca da proteção jurídico-social da criança e do adolescente tem como objetivo apresentar as consequências relacionadas ao problema da efetividade do Estatuto menorista, bem como tratar da aplicabilidade da referida norma. A Constituição da República Federativa do Brasil assegura em seu artigo 227, caput, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Dispõe o referido artigo sobre a doutrina da proteção integral que visa assegurar esses direitos de forma solidária, entre família, sociedade e Estado. O Estatuto menorista dispõe de normas que visam à proteção integral da criança e do adolescente, no entanto, observa-se que, embora positivado, o resultado apresentado não é aquele a que a norma se destina. Uma comparação entre a realidade e o texto legal traz à tona questionamentos quanto a sua efetivação, além da difícil tarefa relacionada à implementação de políticas públicas voltadas à recuperação e ressocialização das crianças e dos adolescentes. Dessa forma, surge o seguinte problema de pesquisa: Como garantir a aplicabilidade das normas garantidoras dos direitos da Criança e do Adolescente de forma a produzir seus efeitos jurídicos e sociais? Diante do referido problema, este estudo pretende responder a tal indagação através de pesquisa teórico-dogmática, envolvendo os atores sociais que atuam na aplicação e implementação dos direitos da criança e do adolescente, buscando a plena efetivação do Estatuto menorista.

Palavras chave: criança e adolescente; proteção jurídico-social; aplicabilidade da norma; efetivação de direitos.

DEDICATÓRIA

Às crianças e adolescentes que me fazem ver além de cada ato infracional, de cada situação de risco e maus tratos. Poder olhar dentro dos olhos de cada um desses meninos e meninas me faz enxergar a mesma sede de vida, de sonhos e de amor que lhes foram negados.